

I N F O R M A T I V O – C S M P F Nº 1 3 6

5ª SESSÃO ORDINÁRIA ELETRÔNICA

Início: 14/03/2022 (17 horas)

Fechamento: 21/03/2022 (9 horas)

COMPOSIÇÃO: Presidente Augusto Aras, Conselheiros Humberto Jacques de Medeiros, Maria Caetana Cintra Santos, José Bonifácio Borges de Andrada, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, Carlos Frederico Santos, Mario Luiz Bonsaglia, Nicolao Dino Neto, Nivio de Freitas Silva Filho e José Adonis Callou de Araujo Sá.

CORREGEDORA-GERAL DO MPF: Dra. Celia Regina Souza Delgado

AFASTAMENTO, MESTRADO, DOUTORADO E EVENTOS	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	048/2020-12	Dr. Leonardo Gonçalves Juzinkas	Afastamento do país para participar do XX Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, em Vitória/ES, no período de 26 a 28 de abril de 2022.	Cons. Nicolao Dino Neto	Por maioria, favorável Os Conselheiros Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
	111/2021-93	Dra. Sara Moreira de Souza Leite	Prorrogação, por 12 meses, a contar de março de 2022, ao afastamento parcial, com exercício da função mediante teletrabalho para frequentar o curso de Mestrado em Direito na linha Direito, Ciências, Instituições e Desenvolvimento, da Universidade Católica de Brasília, em Brasília/DF, autorizado pela Portaria PGR/MPF nº 16/2022.	Cons. José Adonis Callou de Araújo Sá	Por maioria: a) indeferido o pedido de autorização de afastamento parcial, enquanto mantidas as aulas de forma remota, nas disciplinas oferecidas no 1º e 2º semestres de 2022; b) deferido o pedido de autorização de afastamento parcial, mediante teletrabalho, se comprovadamente forem oferecidas as disciplinas de forma presencial, no mesmo período correspondente ao 1º e 2º semestres de 2022 Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
	285/2021-56	Dra. Adriana Aparecida Storz Mathias dos Santos	Afastamento para elaborar trabalho de Conclusão de Curso de Especialização <i>Lato Sensu</i> “Controle da Administração Pública” da Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, no período de 1º a 30.6.2022.	Cons. Carlos Frederico Santos	Por maioria, favorável Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
	011/2022-48	Dr. Leandro Mitidieri Figueiredo	Afastamento para elaborar tese de Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais do Programa de Pós-	Cons. José Bonifácio Borges de Andrada	Por maioria, favorável

			Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD), da Universidade Federal Fluminense - UFF, no período de 19.9 a 17.12.2022.		Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
	017/2022-15	Dr. Carlos Alberto dos Rios Junior	Afastamento para elaborar monografia do Curso de Especialização em Direito Notarial e Registral na Faculdade CERS, no período de 14.3 a 12.4.2022.	Cons. Carlos Frederico Santos	Por maioria, favorável Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
ANÁLISE DIVERSAS	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	219/2021-86	Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR	Adoção de iniciativas administrativas necessárias para adequar as transmissões das sessões do CSMPF de julgamentos disciplinares ao disposto nos arts. 247 e 252 da Lei Complementar n. 75/93, bem como às normas prescritas pela Lei Geral de Proteção de Dados, a fim de evitar a exposição indevida da imagem, da intimidade e da vida privada dos membros do Ministério Público Federal.	Cons. Nicolao Dino Neto	Por maioria, pelo arquivamento do feito, tendo em vista que o Relator, ao ensejo das ponderações trazidas pela ANPR, apresentará, na forma regimental, e em separado, projeto de resolução ao Conselho Superior, a fim de explicitar as situações ensejadoras de sigilo e limitação de presença a partes, interessados e advogados, a exemplo, aliás, do que já consta no Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público. Os Conselheiros Carlos Frederico Santos, Maria Caetana Cintra Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
	019/2022-12	Secretaria-Geral do Ministério Público Federal	Abono pecuniário. Indicação do período de trabalho. Resolução CSMPF nº 12/1994.	Cons. José Bonifácio Borges de Andrada	Por maioria, pela manutenção da Resolução/CSMPF Nº 12, de 23 de agosto de 1994 Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
RELATÓRIO DE ATIVIDADES	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	010/2022-01	Procuradoria da República no Paraná	Relatório de Atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Federal no Paraná, referente ao segundo semestre de 2021. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 146/2013.	Cons. Carlos Frederico Santos	Por maioria, ciente Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram

REPARTIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES (RESOLUÇÃO CSMPF Nº 104)	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	040/2021-29	Procuradoria da República em Pouso Alegre/MG	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Pouso Alegre/MG. Estabelece regras para distribuição dos cargos especiais e de administração. Portaria nº 3/2021. Portaria PGR/MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010. Perda de objeto.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	Por maioria, pelo arquivamento do feito, tendo em vista a perda do objeto Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
	055/2021-97	Procuradoria da República em São José dos Campos/SP	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em São José dos Campos/SP. Estabelece regras para distribuição dos cargos especiais e de administração. Portarias Conjuntas nº 1 e 2/2021. Portaria PGR/MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010. Perda de objeto.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	Por maioria, pelo arquivamento do feito, tendo em vista a perda do objeto Os Conselheiros Nicolao Dino Neto, Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
	084/2021-59	Procuradoria da República em Juazeiro do Norte/CE	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Juazeiro do Norte/CE. Estabelece regras para distribuição dos cargos especiais e de administração. Portaria nº 1/2021. Portaria PGR/MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Nicolao Dino Neto	Por maioria, não aprovada Os Conselheiros José Adonis Callou de Araújo Sá, Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
TELETRABALHO	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	258/2019-69	Dra. Luciane Goulart de Oliveira	Autorização para desempenho das funções por meio de teletrabalho, em Porto Alegre/RS, com atendimento integral a todos os atos relacionados aos feitos judiciais e extrajudiciais sob sua atribuição, comparecendo à sede da unidade de lotação em uma semana por mês e com manutenção de residência na cidade de Erechim/RS, pelo período de 1 ano, a partir de 7.1.2020. Referendar. Perda de objeto.	Cons. Nicolao Dino Neto	Por maioria, pelo arquivamento do feito, convalidando os atos já praticados Os Conselheiros José Adonis Callou de Araújo Sá, Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram
O procedimento abaixo citado recebeu destaque e foi adiado para a próxima sessão presencial:					
REPARTIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES (RESOLUÇÃO CSMPF Nº 104)	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Destaque
	226/2021-88	Procuradoria da República no Acre	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Acre. Institui o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO-MPF/AC. Resolução PR/AC Nº 1/2021. Resolução CSMPF nº 146/2013. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Nicolao Dino Neto	Cons. Hindemburgo Chateaubriand Filho Os Conselheiros Carlos Frederico Santos, Humberto Jacques de Medeiros e o Presidente Augusto Aras não votaram